



## EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

Regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014; Decreto Federal nº 3.555, de 8 de agosto de 2000; Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 (com as alterações da Lei nº 8.883/94 e da Lei nº 9.648/98).

### PREÂMBULO

O **Pregoeiro Oficial** da **Câmara Municipal de Itapipoca** torna público para conhecimento de todos os interessados que até as **11:00 horas** do dia **02 de fevereiro de 2018**, na sede da Comissão de Licitação da Câmara Municipal, localizada à Rua Frei Cassiano, 750, bairro Boa Vista, Itapipoca, Ceará, em sessão pública, dará início aos procedimentos de recebimento e abertura dos envelopes concernentes às Propostas de Preços, formalização de lances verbais e documentos de habilitação da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2018**, identificado abaixo, mediante as condições estabelecidas neste procedimento licitatório que reger-se-á pelas disposições contidas na **Lei Federal nº 10.520**, de 17 de Julho de 2002; **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006 com as alterações introduzidas pela **Lei Complementar nº 147**, de 07 de agosto de 2014; **Decreto Federal nº 3.555**, de 8 de agosto de 2000, **Decreto nº 8.538**, de 6 de outubro de 2015 e, subsidiariamente, a **Lei Federal nº 8.666**, de 21 de Junho de 1993, com suas alterações posteriores, além do disposto no presente Edital e seus anexos.

<b>Objeto:</b>	Contratação de serviços para veiculação radiofônica de notas, comunicados, materiais institucionais de interesse do Legislativo Municipal, bem como da transmissão ao vivo (arrendamento de horário, às quintas-feiras das 19hs às 22:00 horas) de todas as Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Itapipoca, por emissora de rádio operante em todo o território do Município de Itapipoca.
<b>Critério de Julgamento:</b>	Menor Preço Global
<b>Espécie:</b>	Pregão Presencial.

### 1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA VEICULAÇÃO RADIOFÔNICA DE NOTAS, COMUNICADOS, MATERIAIS INSTITUCIONAIS DE INTERESSE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, BEM COMO DA TRANSMISSÃO AO VIVO (ARRENDAMENTO DE HORÁRIO, ÀS QUINTAS-FEIRAS DAS 19HS ÀS 22:00 HORAS) DE TODAS AS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA, POR EMISSORA DE RÁDIO OPERANTE EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA.**

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo da atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de CREDENCIAMENTO, desde que atenda a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.
- 2.2 Poderão participar ainda as empresas que, mesmo sem credenciamento, encaminharem seus envelopes na Sala da Comissão de Licitação via portador ou Empresa de Correios e Telégrafos. **Estas não terão direito a lances;**
- 2.3 Será garantido, aos licitantes enquadrados como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e as Cooperativas que se enquadrarem nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007, tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS / Das Aquisições Públicas.
- 2.4 Os interessados que desejarem obter o Edital deverão acessar a home page do TCE – Tribuna de Contas do Estado do Ceará, no link do Portal de Licitações dos Município, GRATUITAMENTE, acessando: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/>.
- 2.5 É vedado a participação de licitante:
  - 2.5.1 Sob forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição;



- 2.5.2 Que tenha em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração;  
2.5.3 Que esteja sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação;  
2.5.4 Impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;  
2.5.5 Suspensa temporariamente de participar de licitação e impedida de contratar com a Administração Pública;  
2.5.6 Declarada inidônea pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinados desta condição; e  
2.5.7 Estrangeira não autorizada a comercializar no país.
- 2.6 Os licitantes deverão acompanhar possíveis modificações dos termos deste edital, através de adendos, pelos mesmos meios os quais foi publicado o extrato originário do edital. Referidos adendos também serão disponibilizados nos sítios do TCE.

### 3 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 3.1 Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) conjuntos de documentos, a saber: de **Proposta de Preço** e de **Habilitação**, vedada a remessa via postal.
- 3.2 Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes opacos e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número do CNPJ, o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma dos **incisos I e II** a seguir:

I – envelope contendo os relativos à Proposta de Preço:

<b>CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA</b> <b>PREGÃO n.º 002/2018</b> <b>OBJETO: .....</b> <b>LICITANTE: _____ CNPJ: _____</b> <b>ENVELOPE n.º 01 (PROPOSTA DE PREÇOS)</b>
--

II – envelope contendo os documentos de Habilitação:

<b>CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA</b> <b>PREGÃO n.º 002/2018</b> <b>OBJETO: .....</b> <b>LICITANTE: _____ CNPJ: _____</b> <b>ENVELOPE n.º 02 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)</b>
---

- 3.3 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente.
- 3.3.1 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação e à proposta de preço e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.
- 3.3.2 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.
- 3.4 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac-símile*, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.



- 3.5 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade, protocolizando o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no preâmbulo deste edital, cabendo o Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 3.6 Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que não protocolizar o pedido, em conformidade com o disposto neste edital, até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 3.7 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 3.8 Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

#### 4 DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE nº 01)

- 4.1 O envelope "**Proposta de Preço**" deverá conter a especificação dos serviços, sua discriminação conforme o edital, contendo seus respectivos preços em algarismos e por extenso, em uma única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel devidamente identificado com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso do licitante e número de telefone, devendo, suas folhas serem rubricadas e numeradas:
- 4.1.1 A indicação da razão social da empresa licitante, o número de inscrição no CNPJ de seu estabelecimento e endereço completo deverá ser o que efetivamente irá prestar o objeto da licitação. São facultativas as informações dos dados referentes ao número de banco, agência e conta corrente nesta etapa da licitação, sendo obrigatória, posteriormente, para a licitante vencedora.
- 4.2 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.
- 4.2.1 As Propostas de Preço serão consideradas de acordo com os Anexos deste Edital, por Lote, expressa em Real (R\$), em algarismos e por extenso, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como, todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços, constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos com os serviços necessários à execução do objeto em perfeitas condições a manutenção destas condições durante o prazo de contrato.
- 4.3 A validade da Proposta será de **60 (sessenta) dias**;
- 4.4 Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.
- 4.5 O representante do licitante, que será credenciado nos termos dos **itens 6.5 e 6.6** deste edital, deverá estar apto a formalizar na própria sessão, por escrito, Proposta de Preço que consubstancie o lance vencedor, se for o caso, segundo o **item 9.5** deste edital.

#### 5 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE nº 02)

- 5.1 O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os seguintes documentos, em idioma nacional, em uma única via, sem rasuras, emendas ou ressalvas, conforme relação a seguir:

##### 5.2 - Habilitação para pessoa Jurídica

###### I – Habilitação Jurídica:

- cópia da Cédula de Identidade do representante legal da Empresa;
- registro comercial, no caso de empresa individual;
- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;



- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; e
- f) Alvará de Funcionamento Municipal.

**II – Regularidade Fiscal e Trabalhista**, conforme o caso:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, que deverá ser comprovada através da CND Unificada de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (**RFB, PGFN** e do **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**) expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, emitida nos moldes da na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, através de Certidão Negativa de Débitos Gerais ou ISS expedida pelo Município em que estiver situada a **sede** (matriz) ou domicílio (filial) do licitante;
- e) A comprovação de regularidade para com a **Fazenda Estadual** deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS** através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - **INSS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei - Certidão Negativa de Débito – CND; e
- h) Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** (Lei nº 12.440/2011).

**III - Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão Negativa de falência expedida pelo Distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica.

**IV - Qualificação Técnica:**

- a) Comprovante de filiação da emissora junto a ACERT Associação Cearense de Emissora de Rádio e Televisão.
- 5.4. **DECLARAÇÃO** de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;
- 5.5. **DECLARAÇÃO** de conhecimento de todos os parâmetros e elementos do serviço a ser ofertado e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;
- 5.6. **DECLARAÇÃO** expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;
- 5.7. **DECLARAÇÃO**, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93);
- 5.8. Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior.



5.9 Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

5.10. Para efeito do disposto no item acima, as ME e EPP, por ocasião de participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.12 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.13. Será inabilitado o licitante que não atender às exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma, e ainda, a ME ou EPP que não apresentar a regularização da documentação de Regularidade Fiscal no prazo definido no item "5.11" acima.

5.14. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo Pregoeiro, caso não haja intenção de interposição de recurso.

## **6 O RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DO CREDENCIAMENTO**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada no endereço constante do Preâmbulo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo e o conteúdo deste edital.

6.2 Antes do início da sessão, os representantes dos interessados em participar do certame, deverão se apresentar para credenciamento junto o Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

6.3 No dia e local designado neste edital, na presença dos representantes dos licitantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preço e a documentação exigida para a habilitação dos licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

6.4 Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito pelo Pregoeiro após as **11:00 horas**, salvo no caso do **item 9.5** deste edital.

6.5 Cada licitante credenciará representante que será admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.

**6.6 Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:**

I - documento oficial de identidade;

II - procuração por instrumento público acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

III - DECLARAÇÃO de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme disposto no inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02. A não apresentação da presente declaração, na forma aqui exigida, implicará na decadência do direito de participação no certame.

IV - Nos casos de ME e EPP, apresentar também declaração de que atende os requisitos do Art. 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, para que possa fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei,



conforme modelo anexo deste edital. A não apresentação da presente declaração, na forma aqui exigida, implicará na decadência do direito aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

6.6.1 Caso o representante seja sócio da empresa licitante com poderes de representação, sócio-gerente, diretor do licitante ou titular de firma individual, deverão ser apresentados documentos que comprovem tal condição (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua eleição, etc.), nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e ainda apresentar:

6.6.2 Nos demais casos, deverão ser apresentados **procuração por instrumento particular**, este último com firma reconhecida em cartório e acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), conforme Modelo constante dos Anexos deste edital e ainda:

6.6.3 Estes documentos (originais ou cópias autenticadas em Cartório) deverão ser entregues fora dos envelopes, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes "Propostas de Preços".

6.7 A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento do preposto não inabilitará o licitante, mas impedirá o oferecimento de lances verbais pelo licitante durante a sessão do pregão até que seja cumprido o disposto nos **itens 6.5 e 6.6** deste edital, quando for o caso.

6.8 No decorrer do procedimento licitatório, os licitantes poderão nomear representantes, caso não os tenha feito, descredenciar ou substituir os já nomeados, desde que apresente os documentos exigidos no **item 6.6** deste edital. Entretanto, não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

## 7 DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

7.1 O Pregão será realizado pelo Sistema presencial.

7.2 O julgamento da licitação será realizado em apenas uma fase, sendo dividido em duas etapas somente para fins de ordenamento dos trabalhos, e obedecerá ao critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**.

I – a etapa de classificação de preços compreenderá a ordenação das propostas de todo os licitantes, classificação inicial das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais dos licitantes proclamadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

II – a etapa de habilitação, declaração do licitante vencedor e adjudicação compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" do licitante classificado em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente edital, bem como a declaração do licitante considerado vencedor do certame e a adjudicação, sendo esta última feita caso não ocorra interposição de recurso.

7.3 Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.4 Da reunião para recebimento, abertura e classificação das propostas e habilitação será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todas os licitantes, as propostas apresentadas, as observações e impugnações feitas pelas licitantes e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, devendo ser assinadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e por todos os representantes presentes dos licitantes ou por representantes entre eles escolhidos, sendo o número mínimo de dois licitantes;

7.5 A reunião mencionada no item anterior poderá ser gravada, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, por qualquer meio de reprodução mecânica ou eletrônica, como a fotográfica, cinematográfica, fonográfica ou de outra espécie. O Pregoeiro comunicará aos licitantes qual o meio de gravação estará utilizando e os registros decorrentes desta poderão ser utilizados para comprovação de atos e fatos nele contidos, sendo que será arquivada por um período de 60 (sessenta) dias após a data da reunião.



7.6 O licitante vencedor será convocado a apresentar a proposta de preço definitiva e firmar o instrumento contratual, do qual fará parte o edital, seus anexos e a respectiva proposta.

7.7 A Câmara Municipal de Itapipoca se reservará o direito de efetuar diligências visando confirmar as informações apresentadas pelo licitante sobre as características dos serviços ofertados. Caso sejam encontradas discrepâncias entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Se inexequíveis, este fato implicará na desclassificação da proposta da licitante.

## 8 DA FASE DE CLASSIFICAÇÃO DE PREÇOS

8.1 Serão abertos os envelopes "Proposta de Preço" de todos os licitantes e o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para os serviços objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

8.2 O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem decrescente, de todos os licitantes, classificando o licitante com proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço, para que seus representantes participem dos lances verbais.

8.2.1 Quando não forem verificadas no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas no item 8.2, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo 3 (três), para que seus representantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.2.2 O Pregoeiro poderá consultar a todos os licitantes que apresentaram propostas de preços superiores ao menor preço, se estes desejam participar da fase de lances verbais com preço inferior ao já estabelecido nesta fase.

8.3 Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e com preços decrescentes.

8.3.1 O Pregoeiro convidará individualmente os representantes dos licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de menor preço e os demais, em ordem decrescente de preço.

8.3.2 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.3.3 Caso não mais se realizem lances verbais, será declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.3.4 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

8.4 Declarada encerrada a etapa competitiva e realizada a classificação final das propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do primeiro classificado, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.4.1 Será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e os valores estimados para a contratação.

8.5 Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e inicialmente classificadas sem que se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

8.5.1 - Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, da seguinte forma:

8.5.1.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

8.5.1.2 - Para efeito do disposto no 8.5.1.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de cinco minutos, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 8.5.1.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também todos no prazo de cinco minutos cada, sob pena de preclusão;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 8.5.1.1, inciso I deste Edital, será realizado sorteio para definir aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.5.1.3- Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 8.5.1.2 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5.1.4 - O disposto no item 8.5.1.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.5.1.5 - Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

8.6 Nas situações em que não se realizem lances verbais, ou depois de declarado o encerramento da etapa competitiva, ou se a oferta não for aceitável ou no exame de oferta subsequente, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor para a Administração.

8.7 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

8.8 Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope n.º 01 (Proposta de Preço), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, bem como os que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, serão considerados desclassificados, não se admitindo complementação posterior.

8.8.1 Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

8.9 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

## 9 DA FASE DE HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO

9.1 Efetuados os procedimentos previstos no **item 8** deste edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos “Documentos de Habilitação” desta licitante.

9.2 Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior.

9.3 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo Pregoeiro, caso não haja intenção de interposição de recurso.

9.4 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, permitida renegociação - **item 8.6** do edital, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até uma proposta que atenda integralmente ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

9.5 O licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar, na própria sessão, Proposta de Preço formal que ratifique o último lance ofertado, se for o caso. É facultado o Pregoeiro prorrogar o prazo, motivadamente, por 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação realizada na audiência pública do Pregão;





9.6 Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) do(s) licitante(s) presente(s) à sessão ou por representantes entre eles escolhidos, sendo o número mínimo de dois licitantes.

9.7 Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a prestação dos serviços será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião. Posteriormente, o processo, devidamente instruído, será encaminhado para as Secretarias competentes para homologação e subseqüente contratação.

9.8 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação dos licitantes não declarados vencedores serão retirados pelos representantes dos licitantes na própria sessão. Os remanescentes permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, durante 20 (vinte) dias correntes à disposição dos licitantes. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

## 10 DOS RECURSOS

10.1 Ao final da sessão, depois de declarado o licitante vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.1.1 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.1.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

10.1.3 A petição poderá ser feita na própria sessão e, se oral, será reduzida a termo em ata, facultado o Pregoeiro o exame dos fatos e julgamento imediato do recurso.

10.2 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.3 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na respectiva Secretaria de origem.

10.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Sr. Presidente da Câmara homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es) do certame, determinando a contratação da adjudicatária.

10.5 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

## 11 DA CONTRATAÇÃO

11.1 As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato específico, celebrado entre a Câmara Municipal, representado pelo Presidente da Câmara (doravante denominado Contratante), e o licitante vencedor (doravante denominada Contratada), que observará os termos da Lei n.º 8.666/93, deste edital e demais normas pertinentes, cuja minuta foi submetida a exame prévio da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal.

11.2 O licitante vencedor terá o **prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados da devida convocação, para celebrar o referido Contrato, do qual farão parte integrante o edital, seus anexos, a proposta e demais documentos apresentados pelo licitante vencedor. Em caso de recusa injustificada, ser-lhe-á aplicado o disposto no **item 17.7** deste edital.

11.3. Se o licitante vencedor não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido é facultado o Presidente da Câmara/Ordenador de Despesas convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas (**item 8.4** deste edital), para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços (descontos), ou revogar a licitação.

11.4. Incumbirá à Contratante providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do Contrato nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no



prazo de 20 (vinte) dias daquela data. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

11.5. O licitante adjudicatário se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação.

11.6. O Termo de Contrato só poderá ser alterado em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

## **12 DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

12.1. O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir de sua assinatura vigorando até **31 de dezembro de 2018**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

13.1. A Contratante, além das obrigações resultantes da observância da Lei n.º 8.666/93, deverá obedecer às disposições elencadas na minuta do Termo de Contrato – Anexo a este Edital.

## **14. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

14.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

14.2 A fiscalização do Contrato será exercida pelo Presidente da Câmara / Ordenador de Despesa.

14.3 O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse da Câmara de Itapipoca e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

14.4 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14.5 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.

## **15. DA RESCISÃO DO CONTRATO**

15.1 - O contrato firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos art's. 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93;

15.2- Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

## **16 DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

16.1 Os preços ofertados devem ser apresentados, com incidência de ICMS;

16.2 Os preços dos serviços objeto da presente licitação serão cobrados pelo licitante adjudicatário de acordo com as condições estabelecidas no prego.

16.3 Os serviços efetivamente prestados serão atestados e pagos, respectivamente, pelo Liquidante e Presidente da Câmara / Ordenador de Despesa, cujo endereço será o de cobrança das faturas relacionadas a este edital, nos prazos e na forma estabelecidos na minuta do Termo de Contrato – segundo modelo constante em anexo deste edital.

16.4 O pagamento dos serviços prestados será efetuado, a cada etapa, em até 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento da Nota Fiscal, diretamente pela Câmara de Itapipoca, através de crédito na Conta Bancária



do(a) prestador(a) de serviços ou através de cheque.

## 17 DAS PENALIDADES

17.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

17.2 A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

- a) de **1%** (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de **5%** (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Itapipoca, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

17.3 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do **item 17.2** supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** do mesmo item.

17.4 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

17.5 As sanções previstas nos **incisos III e IV** do **item 17.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de



atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

17.6 As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 17.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.7 A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,00%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

17.8 As sanções previstas no **item 17.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

### **18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. Os recursos para a execução do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação Orçamentária especificadas no Preâmbulo deste Edital.

### **19 DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos os interesses públicos e o da Administração, sem comprometimento da segurança da Contratação. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro durante a sessão.

19.2. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

19.3. A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

19.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

19.6. O Presidente da Câmara Municipal / Ordenador de Despesas poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, não cabendo às licitantes direito a indenização.

19.7. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

19.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de ITAPIPOCA, Estado do Ceará.

19.9. Na hipótese de não haver expediente na data marcada para o recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, a data da abertura ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

19.10. Quaisquer dúvidas porventura existentes ou solicitações de esclarecimentos sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação (endereço mencionado no Preâmbulo deste Edital), até 5 (cinco) dias correntes anteriores à data fixada para a realização do Pregão, que serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada somente aos que se cadastrarem mediante Termo de Retirada de Edital. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone número: **0xx88-3631 21 03**.

19.11. As impugnações referidas nos **itens 3.5 e 3.6** e os recursos mencionados no **item 10** deste edital,



eventualmente interpostos, serão dirigidos o Presidente da Câmara Municipal / Ordenador de Despesas, por intermédio do Pregoeiro, e protocolizados exclusivamente no endereço mencionado no Preâmbulo deste edital. 19.12. Cópias do edital e anexos serão fornecidas, gratuitamente, nos horários de **8h00min às 14h00min**, no endereço abaixo, ou ainda no endereço: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/>, ficando os autos do presente processo administrativo de Pregão à disposição para vistas e conferência dos interessados:

**Comissão Permanente de Licitação**  
**Rua Frei Cassiano nº 750, bairro Boa Vista**  
**Itapipoca - CE**  
**Fones: 0xx88-3631 21 03**

19.13. Poderão ser obtidas informações, ainda, pelo telefone:

- **(88) 3631 21 03** - Comissão Permanente de Licitação.

19.14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Câmara Municipal / Ordenador de Despesas, mediante aplicação do *caput* do art. 54 da Lei n.º 8.666/93.

19.15. Os interessados, ao participarem do pregão, expressam, automaticamente, sua total concordância aos termos deste Edital, não podendo alegar, posteriormente, desinformação sua ou de representante.

**Anexo I** - Termo de Referência;

**Anexo II** - Minuta da Proposta de Preços;

**Anexo III** - Modelos de Declarações;

**Anexo IV** - Minuta do Termo de Contrato; e

**Anexo V** - Modelo de Declaração de Qualificação como ME/EPP (LEI Nº 123/06).

Itapipoca/CE, 22 de janeiro de 2018.

  
**MARCOS VENICIO COSTA DO NASCIMENTO**  
Pregoeiro



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:** Contratação de serviços para veiculação radiofônica de notas, comunicados, matérias institucionais de interesse do Legislativo Municipal, bem como da transmissão ao vivo de todas as sessões plenárias da Câmara Municipal de Itapipoca, por emissora de rádio operante em todo o território do Município de Itapipoca.

**2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** A contratação para as atividades deste objeto fundamenta-se na Lei nº 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:** A presente contratação fundamenta-se na necessidade do Poder Legislativo Municipal em atender os anseios da população, dando maior transparência aos atos praticados pelos vereadores e pela Administração da Câmara de Municipal.

**4. PLANILHA DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES**

**4.1. PLANILHA DE QUANTITATIVOS**

<b>Item</b>	<b>Especificação dos Serviços</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant.</b>
01	Contratação de serviços para veiculação radiofônica de notas, comunicados, materiais institucionais de interesse do Legislativo Municipal, bem como da transmissão ao vivo (arrendamento de horário, às quintas-feiras das 19hs às 22:00 horas) de todas as Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Itapipoca, por emissora de rádio operante em todo o território do Município de Itapipoca.	Mês	10 (dez)

**4.2 Especificações:** Os serviços serão programados e ocorrerão na medida das necessidades do órgão e, atenderão os seguintes quesitos:

4.2.1. Divulgação das matérias institucionais;

4.2.2. Cobertura, divulgação e transmissão dos eventos;

4.2.3. Cobertura, divulgação e transmissão das audiências públicas;

4.2.4. Cobertura, divulgação e transmissão das sessões itinerantes;

4.2.5. Transmissão, em tempo real, das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes;

4.2.6. Disponibilidade de toda estrutura necessária com equipamentos e profissionais devidamente habilitados para operacionalização e a perfeita transmissão, com acompanhamento de repórteres e radialista a fim de assegurar a efetivação dos serviços.

4.2.7 – Cobertura nos eventos promovidos pela Câmara Municipal, salvo quando as mesmas coincidirem com os horários de transmissão da Voz do Brasil.

**4.3 Dos Profissionais:** Os serviços acima especificados deverão ser executados, no mínimo, com a utilização da estrutura de apenas 01 (uma) emissora de rádio local, no sentido de se assegurar o alcance das informações em todo território do Município de Itapipoca.

4.3.1 A Contratada deverá ter profissionais especializados (radialistas) para atuar junto a Contratante, para acompanhamento de toda transmissão dos eventos promovidos pela Câmara Municipal.



ANEXO II

MINUTA DA CARTA DE PROPOSTA

PROPOSTA DE PREÇOS PADRONIZADA

PREGÃO N° 002/2018

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

**OBJETO:** Contratação de serviços para veiculação radiofônica de notas, comunicados, materiais institucionais de interesse do Legislativo Municipal, bem como da transmissão ao vivo (arrendamento de horário, às quintas-feiras das 19hs às 22:00 horas) de todas as Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Itapipoca, por emissora de rádio operante em todo o território do Município de Itapipoca.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação de serviços para veiculação radiofônica de notas, comunicados, materiais institucionais de interesse do Legislativo Municipal, bem como da transmissão ao vivo (arrendamento de horário, às quintas-feiras das 19hs às 22:00 horas) de todas as Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Itapipoca, por emissora de rádio operante em todo o território do Município de Itapipoca.	MÊS	10		

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R\$:** ..... (valor por extenso)

**PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:** 10 (dez) meses.

**VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias.

O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre a prestação dos serviços licitados, inclusive a margem de lucro.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

**OBS.: AO ELABORAR SUA PROPOSTA, O LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR FIELMENTE O PRESCRITO NO ITEM "5" DO EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**



**ANEXO III**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

**ITEM 1) 1º Modelo de Declaração:**

**DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO**

**DECLARAÇÃO**

**(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR)**, DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova em processo licitatório, junto a Câmara Municipal de Itapipoca, Estado do Ceará, o seguinte: **(1)** que dá ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório; **(2)** que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos do Edital e dos serviços a serem Contratadas no presente certame licitatório; e **(3)** que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
**DECLARANTE**





**ANEXO III**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

**ITEM 2) Modelo de Procuração:**

**DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO**

**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** <NOME DA EMPRESA, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr.< NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF) **OUTORGADO:** <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

**PODERES:** O outorgante confere ao outorgado(a) pleno e gerais poderes para representá-lo junto a Câmara Municipal de Itapipoca, Estado do Ceará, relativo ao Pregão promovido através do Edital nº **002/2018**, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE



**ANEXO III**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

**Item 3)- Modelo de Declaração:**

**DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

**(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:**

**a)** sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a Câmara Municipal de Itapipoca, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

**b)** sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a Câmara Municipal de Itapipoca, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;

**c)** que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
**DECLARANTE**



**ANEXO IV**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_\_ QUE ENTRE SI FAZEM A  
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRAÍMA, COM A EMPRESA  
\_\_\_\_\_, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA, com sede na Rua Frei Cassino, 750 - Boa Vista, em Itapipoca, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.878.848/0001-80, neste ato representado pelo Vereador Presidente da Câmara, Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, sediada à rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:**

**1.1.** Processo de Licitação, na modalidade Pregão nº 002/2018, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

**2.1.** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA VEICULAÇÃO RADIOFÔNICA DE NOTAS, COMUNICADOS, MATERIAIS INSTITUCIONAIS DE INTERESSE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, BEM COMO DA TRANSMISSÃO AO VIVO (ARRENDAMENTO DE HORÁRIO, ÀS QUINTAS-FEIRAS DAS 19HS ÀS 22:00 HORAS) DE TODAS AS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA, POR EMISSORA DE RÁDIO OPERANTE EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO:**

**3.1.** O valor global da presente avença é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), a ser pago em 10 (dez) parcelas, mediante liquidação dos serviços prestados no período respectivo, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Presidente da Câmara, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas.

**3.2.** O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, antes de decorridos 10 (dez) meses da contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

**3.3.** O pagamento será efetuado em até o 30º (trigésimo) dias do mês subsequente ao da prestação, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

**3.4.** Por ocasião da entrega dos produtos o Contratada deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Itapipoca, com endereço na Rua Frei Cassiano, 750, bairro Boa Vista, CEP 62.500-000, Itapipoca - CE, inscrito no CNPJ sob o nº 01.878.848/0001-80.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:**

**4.1.** O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da de sua assinatura e vigorará até **31 de dezembro de 2018**, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração até 48 (quarenta e oito) meses, na forma do artigo 57, IV da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.



#### **CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS:**

**5.1.** As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária consignada no orçamento do Município à conta da Câmara Municipal sob a rubrica **17.01.01.031.0001.2.092 - Gerenciamento das Atividades Legislativas**, elemento de despesa **3.3.90.39.00**, a serem custeados com recursos próprios dos repasses duodecimais.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES:**

**6.1.** As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Federal n.º 10.520/02.

**6.2.** A CONTRATADA obriga-se a:

**6.2.1.** O serviço deverá ser executado pela Contratada e utilizará os espaços designados posteriormente, em endereço e prazos estipulados, previamente, pela Câmara Municipal de Itapipoca, compreendido no período Contratual e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e neste edital, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente., assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato, e ainda:

**a)** a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

**b)** responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

**c)** indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do Contratada deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

**d)** aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

**e)** a prestação dos serviços deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento do contratante.

**f)** em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo para o início da execução dos serviços.

**6.2.2.** No caso de constatação da inadequação dos serviços executados às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta da Contratada, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

**6.3.** O CONTRATANTE obriga-se a:

**6.3.1.** assegurar o livre acesso da CONTRATADA e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessária a prestação dos serviços licitados, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

**6.3.2.** efetuar o pagamento ao CONTRATADA na forma prevista neste instrumento;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES:**

**7.1.** Na hipótese de descumprimento, por parte da Contratada, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

**7.1.1.** Se a CONTRATADA deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Itapipoca e será descredenciado no Cadastro da Câmara Municipal de Itapipoca pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação no caso de:



- a) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- b) não manter a proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

II- multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na prestação dos serviços licitados, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

III- multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor Contratada, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços;

IV- Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do contrato, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

- a) advertência;
- b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor Contratada;

7.2. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município em favor da Contratada ou cobradas judicialmente, na inexistência deste.

7.3. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:**

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSICOES FINAIS:**

9.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

9.4. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

9.5. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

9.6. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

9.7. O Contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá sub-contratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

9.8. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.

9.9. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.



**9.10.** A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

**CLÁUSULA DEZ - DO FORO:**

**10.1.** O foro da Comarca de ITAPIPOCA, Estado do Ceará é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Itapipoca-CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:



**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO COMO ME/EPP (LEI Nº 123/06 e LEI 147/14)**

**Objeto:** Contratação de serviços para veiculação radiofônica de notas, comunicados, materiais institucionais de interesse do Legislativo Municipal, bem como da transmissão ao vivo (arrendamento de horário, às quintas-feiras das 19hs às 22:00 horas) de todas as Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Itapipoca, por emissora de rádio operante em todo o território do Município de Itapipoca.

À  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA  
Ref.: Pregão Presencial Nº 002/2018

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social do licitante), com endereço na \_\_\_\_\_ (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_, vem, pelo seu representante legal infra-assinado declarar, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º e 4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e e, que a empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Local(UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura(s) do(s) Representante(s) Legal(is) da Firma  
(não aceito assinatura de procurador)

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Itapipoca - Aviso de Licitação - Pregão nº 002/2018 - Pregão Presencial.** Objeto: Contratação de serviços de veiculação radiofônica de notas, comunicados, matérias institucionais de interesse do Legislativo Municipal, bem como da transmissão ao vivo de todas as sessões plenárias da Câmara Municipal de Itapipoca, por emissora de rádio operante em todo o território do Município de Itapipoca. Credenciamento e Recebimento das Propostas Escritas: Dia 02/02/2018, às 11:00 horas. Local: Sala da Comissão de Licitação R. Frei Cassiano nº 750 - Boa Vista. O Edital completo poderá ser adquirido na Sede da Câmara, no horário de 8:00 às 12:00 horas, nos dias úteis após esta publicação ou no Portal do TCM-CE: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). **Itapipoca/CE, 18 de janeiro de 2018. O Pregoeiro.**

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Camocim - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 2018.01.17.001.** A CPL da Prefeitura Municipal de Camocim/CE, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 01 de Fevereiro de 2018, às 09h00min, na Sede da Prefeitura, localizada à Praça Severiano Morel, Centro, Camocim/CE, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por unidade de obra, tombada sob o N.º 2018.01.17.001, com fins a Objeto: aquisição de água mineral, gás liquefeito 13 kg e refrigerantes destinados a suprir as necessidades das diversas Unidades Administrativas do Município de Camocim/CE. Informações na Sede da CPL, localizada à Praça Severiano Morel, Centro, Camocim/CE, no horário de 08:00 às 12:00h. **Camocim/CE, 19 de Janeiro de 2018. Fca Maurineide Carv. de Araújo – Pregoeira.**

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 20180116.01-PP – A** Secretaria do Trabalho e Desenvolvimentos Social da PMP torna público o Pregão Presencial Nº 20180116.01-PP, referente à **Aquisição de urnas funerárias e serviço de traslado de corpos, junto à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Pindoretama-CE**, marcado para o dia **01 de Fevereiro de 2018**, na Sede da PMP, localizada na Rua Juvenal Gondim, Nº 221, às **09h**. Para aquisição de cópias do Edital, os interessados deverão dirigir-se a Sede da PMP, no período de 08h às 12h em dias de expediente normal a partir da data de publicação deste Aviso ou acessar o Endereço Eletrônico: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. **Pindoretama-CE, 19 de Janeiro de 2018. José Joacilcio Aires Albino – Pregoeiro.**

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 20180116.02-PP – O** Gabinete do Prefeito da PMP torna público o Pregão Presencial Nº 20180116.02-PP, referente à **Contratação de serviços com a cobertura audiovisual (filmagem), edição de vídeos, fotografia, gravação de áudio spots para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Pindoretama-CE**, marcado para o dia **01 de Fevereiro de 2018**, na Sede da PMP, localizada na Rua Juvenal Gondim, Nº 221, às **11h**. Para aquisição de cópias do Edital, os interessados deverão dirigir-se a Sede da PMP, no período de 08h às 12h em dias de expediente normal a partir da data de publicação deste Aviso ou acessar o Endereço Eletrônico: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. **Pindoretama-CE, 19 de Janeiro de 2018. José Joacilcio Aires Albino – Pregoeiro.**

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante - Aviso de Licitação.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, localizada na Rua Ivete Alcântara, nº 120, Centro, torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital de Concorrência Pública Nº 2018.01.16.001 cujo objeto é: ampliação de 06 salas no CEI - ( Centro de Educação Infantil - Pecém) no Distrito de Pecém em São Gonçalo do Amarante-CE, que realizar-se-á no 26 de Fevereiro de 2018 às 10:00 hs. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 12:00 hs. **São Gonçalo do Amarante-Ce, 19 de janeiro de 2018. Wilsiane Soares de Oliveira - Presidente da CPL.**

**ESTADO DO CEARÁ – CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE IGUATU – AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO – O** Consórcio, por meio da Comissão Permanente de Licitação, em cumprimento ao disposto no Parágrafo 1º do Art. 34 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores torna público aos interessados o Chamamento para Atualização e/ou a realização de novos Cadastros de Fornecedor deste Consórcio. **Iguatu-CE, 19 de Janeiro de 2018. Marla Samara Teixeira Correia – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU – AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO – O** Município de Iguatu-CE, por meio da Comissão Permanente de Licitação, em cumprimento ao disposto no Parágrafo 1º do Art. 34 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, torna público aos interessados o Chamamento para Atualização e/ou a realização de novos Cadastros de Fornecedor deste Município. **Iguatu-CE, 19 de Janeiro de 2018. Pedro Gildásio de Sousa – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá - Aviso de Exoneração.** O Presidente do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá, José Ilário Gonçalves Marques, no uso de suas atribuições legais e regimentais: resolve exonerar do cargo de Procuradora Jurídica do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá, à Sra. Evamary Alves Maia, Portadora do CPF: nº 025.825.053-40, e RG: nº 2005009052501 - SSP-CE, dia 11 de Janeiro de 2018, através da Resolução nº 01/2018 de 11 de janeiro de 2018.

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá - Aviso de Admissão.** O Presidente do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá, José Ilário Gonçalves Marques, no uso de suas atribuições legais e regimentais: resolve designar para o cargo de diretora geral do Centro de Especialidades Odontológicas José Felício Filho-Quixeramobim, e dá outras providências, À Sra. Evamary Alves Maia Portadora do CPF: Nº 025.825.053-40, e RG: Nº 2005009052501 - SSP-CE, dia 12 de Janeiro de 2018, através da Resolução Nº 02/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Uruburetama – Aviso de Abertura da Proposta de Preços - Modalidade: Tomada de Preços nº 002/2017-TPSMS.** Objeto: reforma de diversas Unidades Básicas de Saúde, junto a Secretaria de Saúde do Município de Uruburetama, conforme especificações constantes no projeto básico e anexos. A Comissão de Licitação comunica aos interessados que a abertura dos envelopes contendo a proposta de preços das empresas habilitadas do certame supracitado ocorrerá no dia 25 de janeiro de 2018, às 09:00 horas. **À Comissão.**

**Estado do Ceará - Câmara Municipal de Aracati.** A Câmara Municipal de Aracati torna público o Extrato do 1º Aditivo ao Contrato nº 015/2017 - Pregão Presencial nº 001/2017 celebrado entre a Câmara Municipal de Aracati e Inove Locações e Serviços Eireli - ME. Objeto: aditivo de prazo para a locação de veículos para a Câmara Municipal de Aracati em tempo integral. Vigência: 02 de janeiro de 2018 a 19 de outubro de 2018. **Aracati/CE, 29 de dezembro de 2017. Valdy Ferreira de Menezes - Presidente da Câmara Municipal de Aracati.**

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Aracati.** A Câmara Municipal de Aracati torna público o Extrato do 1º Aditivo ao Contrato nº 025/2017 – Pregão Presencial nº 006/2017 celebrado entre a Câmara Municipal de Aracati e Zepelin Produções Ltda - EPP. Objeto: aditivo de prazo para os serviços de gravação, edição e veiculação das sessões da Câmara Municipal de Aracati. Vigência: 02 de janeiro de 2018 a 31 de julho de 2018. **Aracati/CE, 29 de dezembro de 2017. Valdy Ferreira de Menezes - Presidente da Câmara Municipal de Aracati.**

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Aracati.** A Câmara Municipal de Aracati torna público o Extrato do 1º Aditivo ao Contrato nº 014/2017 - Tomada de Preços nº 005/2017 celebrado entre a Câmara Municipal de Aracati e Econgel Escritório de Contabilidade em Geral Eireli - ME. Objeto: aditivo de prazo para os serviços de assessoria contábil, junto a Câmara Municipal de Aracati. Vigência: 02 de janeiro de 2018 a 31 de outubro de 2018. **Aracati/CE, 29 de dezembro de 2017. Valdy Ferreira de Menezes - Presidente da Câmara Municipal de Aracati.**

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ararendá – Extrato de Contrato – Pregão Presencial nº 05.010/2017-PP.** Objeto: aquisição de 01 um veículo zero km de apoio para Unidade Básica do Município de Ararendá – CE. Contratante: Secretaria de Saúde; contratado: Mundi Comercio de Veiculos e Peças LTDA, CNPJ: 07.894.479/0001-04, com o valor total de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).







**Edital de Notificação Nº 001/2018** - O Pregoeiro de Realização de Registro Imobiliário, O Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis, Estabelecimento Autorizado, João Paulo Venancio de Sousa, Torna Publico aos interessados a seguinte licitação para a aquisição de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE, passa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ/RFB nº 09.110.313/0001-54, com sede na Av. Dom Luis, nº 807, 7º andar, Bairro Maracá, na cidade de Fortaleza-CE, CEP: 60.160-220, neste ato representada por sua Diretora-Presidente Viviani Nicolle Barbosa de Alcantara. Requirer a realização mobiliária processada nos termos dos arts 212 e 213 da Lei nº 8.157/2018, veíhito a matrícula 6.453, constante do livro 02-A, fls. 147, do 2º Cível do Juízo - Registro de Imóveis - Cartório Tava, em decorrência da qual o imóvel passou a ter a seguinte descrição: "Imóvel urbano situado no Km-418, da CE-178, bairro Beberia e Sousa, na cidade TAUACÉ, com uma área de 19.662,19m² (dezanove mil, seiscentos e sessenta e duas vírgula dezesseis metros quadrados), assim caracterizado: Ao Norte, do ponto P-07, a distância de 174,01m chegando ao P-06, de coordenadas N=9.334.033,60m e E=358.359,59m; do ponto P-06, anteriormente descrito, segue com azimute 142°18'25" e distância de 140,91m chegando ao P-19, de coordenadas N=9.333.922,14m e E=358.922,91m, por onde se conforma com o imóvel do Município de Taua, objeto da Matrícula nº 6.230; ao sul, do ponto P-19 anteriormente descrito, segue com azimute 249°25'12" e distância de 117,04m chegando ao P-17, de coordenadas N=9.333.879,10m e E=358.814,08m, por onde se conforma com o imóvel do Município de Taua, objeto da Matrícula nº 6.230, do ponto P-17, anteriormente descrito, segue com azimute 202°51'10" e distância de 185,31m chegando ao P-07, ponto inicial da descrição deste terreno, por onde se conforma com o imóvel da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, objeto da Matrícula nº 6.424 e no ponto P-07 com a CE-178, na altura de 5m 418 da referida rodovia. Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 39 W, Datum SIRGAS2000, tendo como geóide responsável: René Eryx Lóvia Gonçalves - OREA nº 14735-D, ART nº 089.450794/000901. Os confrontantes e/ou eventuais interessados poderão se dirigir ao Cartório do 2º Ofício de Imóveis de Tauacé, situado na Rua Dondon Felício, 131, Centro, Taua, CE, CEP: 6.015-733, no prazo legal de 15 (quinze) dias, contado desta publicação. 1) Impugnar juntamente com: 2) autor empadronamento; ou 3) deixar transcorrer o prazo, assistindo a descrição acima referida. Decorrido o prazo legal sem impugnações, presumir-se-á a anulação dos (s) confrontantes/interessados, vindo-se por dele(a) a verificação pretendida. Tauacé, 18 de Janeiro de 2018. João Paulo Venancio de Sousa - Escritor Autorizado.

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Independência**, A Secretária de Esporte e Lazer, Irmã Proibio e Edna da Rosa, Unilateral de Contrato e Termo Aditivo entre a Secretaria de Esporte e Lazer e a empresa João Torres Filho - NE, inscrita no CNPJ nº 11.910.001-69, situada a Av. Jaguarum, Loteas Pastores, Progresso, Novo Russas Centro. A prestação contratual será realizada a contento no amparo nos dispositivos dos arts. 7º, inciso I, e art. 77, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O motivo da rescisão contratual deu-se em favor da contratação de outra empresa com suas condições, previstas no contrato de nº 201700902-001 celebrado entre a Empresa e a Secretaria acima citadas. Independência 03 de Janeiro de 2018.

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Hidrolândia**, A Prefeitura Municipal de Hidrolândia/CE, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, torna público nos termos da Lei nº 8.666/93, que fará realizar Procurement Licitação - Modalidade: Pregão Presencial Nº PMH-180118-P-01 - Objeto: Aquisição de veículo tipo ônibus (semáforo) destinado ao transporte escolar dos alunos da Rede de Ensino do Hidrolândia/CE. Sessão Pública e Início da Abertura das Envelopes: 08h00m do dia 01/02/2018 - Local: Sede da Prefeitura Municipal - Avenida Luz Carneiro Schmidt, 640, Centro, CEP: 62270-000, Hidrolândia-CE. O Edital e Anexo se encontram disponíveis no Sítio de Licitações em dias de expediente normal, das 07h30min às 13h00min e no endereço eletrônico: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. Hidrolândia - CE, 19 de Janeiro de 2018. Francisca Janaina Magalhães Timbó - Presidente do Comissão Permanente de Licitação.

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Hidrolândia**, A Prefeitura Municipal de Hidrolândia/CE, por intermédio da Secretária de Administração e Finanças, torna público, nos termos da Lei nº 8.666/93, que fará realizar Procurement Licitação - Modalidade: Tomada de Preços Nº PMH-170118-T-01 - Objeto: Contratação de Prestação dos Serviços Especializados de Assessoria e Consultoria, Triunfante, Financeira e de Tecnologia da Informação junto a Secretaria de Administração e Finanças do Município da Hidrolândia/CE - Sessão Pública e Início da Abertura das Envelopes: 08h00m do dia 07/02/2018 - Local: Sede da Prefeitura Municipal - Avenida Luz Carneiro Schmidt, 640, Centro, CEP: 62270-000, Hidrolândia-CE. O Edital e Anexo se encontram disponíveis no Sítio de Licitações em dias de expediente normal, das 07h30min às 13h00min e no endereço eletrônico: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. Hidrolândia - CE, 19 de Janeiro de 2018. Francisca Janaina Magalhães Timbó - Presidente do Comissão Permanente de Licitação.

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ocara** - Aviso de Erata - Tomada de Preços Nº 013/2017

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAIMA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018.01.16.01** - O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Miraima-CE, comunica aos interessados, no Município de Miraima-CE, com sede na Rua Manoel Pinheiro para a Aquisição de QLP (Q&S) líquido de 130kg, a seguir mineral 20 litros destinado a fornecimento para a Prefeitura Municipal de Miraima-CE, com Bico de Abertura para o dia 02 de Fevereiro de 2018, às 09h, na Sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Miraima-CE, localizada à Estrada do Espírito, Nº 413, Centro, Miraima-CE. O Edital poderá ser adquirido junto a Comissão de Licitação ou Bico de Abertura no Portal de Licitação do TOE, Miraima-CE, 17 de Janeiro de 2018. Ednardo Ferreira Magalhães - Presidente da Comissão de Licitação.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAIMA - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.01.16.03** - A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Miraima-CE, comunica ao Ministério Público Federal as Empresas interessadas que desejam participar das Modalidades Tomada de Preços Nº 2018.01.16.03, com Bico de Abertura para o dia 02 de Fevereiro de 2018, às 09h, na Sala da Comissão de Licitação do Município de Miraima-CE, localizada à Estrada do Espírito, Nº 413, Centro, Miraima-CE. O Edital poderá ser adquirido junto a Comissão de Licitação ou ainda através do Portal de Licitação do TOE, Miraima-CE, 17 de Janeiro de 2018. Ednardo Ferreira Magalhães - Presidente da Comissão de Licitação.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018-SECOM** - Comissão Permanente de Licitação, Data de Abertura: 09/02/2018, às 09h. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação e manutenção preventiva e corretiva de sistemas automatizados de automação de processos, localizadas e Sede do Município de Sobral-CE, Vitor do Edital: Gustavo Azeiteiro, Av. Celso Figueiredo, 1157, Sobral-CE, 19 de Janeiro de 2018. A COMISSÃO - Kamelina Marjorie Nogueira Barroso - Presidente.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA** - A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aratuba - CE, em cumprimento ao processo no padronizado primeiro do artigo 24, Lei nº 8.666/93, comunica aos interessados na obtenção do registro cadastrel para o exercício fevereiro de 2018 que a documentação a ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, setor de Licitações, onde serão prestadas informações necessárias. Aratuba-CE, 15 de Janeiro de 2018. Comissão de Licitação.

**Estado do Ceará - Câmara Municipal de Maracó** - Aviso de Licitação, A Comissão de Licitação da Câmara de Maracó, comunica aos interessados que no próximo dia 07 de fevereiro de 2018 às 10:00 horas, estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 001/2018, cujo objeto é a contratação dos serviços especializados de apoio administrativo para assessoria e consultoria na área de licitações e contratos públicos junto a Câmara Municipal de Itapipoca, nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Itapipoca/CE, 19 de Janeiro de 2018. CPL.

**Estado do Ceará - Câmara Municipal de Itapipoca** - Aviso de Licitação - Pregão nº 002/2018 - Pregão Presencial. Objeto: Contratação de serviços de veiculação rodoviária de motos, motocicletas, trailers e instrumentos de interesse do Legislativo Municipal, bem como de transportes em vias de todas as sessões plenárias da Câmara Municipal de Itapipoca, por emissão de rólulo gerado em todo o território do Município de Itapipoca. Credenciamento e Recolhimento das Propostas Escritas: Dia 02/02/2018, às 11:00 horas. Local: Sala da Comissão de Licitação, Rua Frei Cassiano, nº 750 - Boa Vista. O Edital completo poderá ser adquirido na Sede da Câmara, no horário de 8:00 às 12:00 horas, nos dias úteis após este publicação ou no Portal de TCMA-CE: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). Itapipoca/CE, 18 de Janeiro de 2018. O Pregoeiro.

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Hidrolândia**, A Prefeitura Municipal de Hidrolândia/CE, por intermédio da Secretária de Administração e Finanças, torna público, nos termos da Lei nº 10.520/2014, que fará realizar Procurement Licitação - Modalidade: Pregão Presencial - Nº PMH-180118-P-02 - Objeto: Contratação da empresa para execução dos serviços de catatelo e reaparelhamento urbano de interesse do Município de Hidrolândia/CE - Sessão Pública e Início da Abertura das Envelopes: 08h00m do dia 01/02/2018 - Local: Sede da Prefeitura Municipal - Avenida Luz Carneiro Schmidt, 640, Centro, CEP: 62270-000, Hidrolândia-CE. O Edital e Anexo se encontram disponíveis no Sítio de Licitações em dias de expediente normal, das 07h30min às 13h00min e no endereço eletrônico: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>.

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ararendá** - Extrato de Contrato - Pregão Presencial nº 05.010/2017-PP. Objeto: Análise do 01 um veículo zero em dia novo para

**CONCORRÊNCIA MUNICIPAL Nº 003/2017-CC** - A Prefeitura Municipal de Itapiporá, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, comunica aos interessados que no próximo dia 22 de Fevereiro de 2018, às 08h, estará realizando licitação na modalidade Concorrência P-Geral Nº 003/2018-CCP, cujo objeto é a contratação de serviços de conservação, reparação e manutenção de obras, avenidas, calçadas e calçadas da Sede, Distritos e Localidades no Município de Itapiporá-CE. O Edital completo estará à disposição dos seus interessados e licitadores, no prazo de 08h às 11h00m, no endereço do processo de licitação, Praça Teófilo de Faria, Nº 481, Centro, Itapiporá-CE, no Sítio eletrônico: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). Itapiporá-CE, 16 de Janeiro de 2018. Francisco de Assis da Cunha Martins - Presidente do Comissão de Licitação.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAIMA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018.01.16.02** - O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Miraima-CE, comunica aos interessados, no Município de Miraima-CE, com sede na Rua Manoel Pinheiro para a Aquisição de Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 2018.01.16.02, do tipo Menor Preço, para a aquisição de livros didáticos destinados a alunos da Rede de Ensino do Município de Miraima-CE, com Bico de Abertura para o dia 02 de Fevereiro de 2017, às 11h, na Sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Miraima-CE, localizada à Estrada do Espírito, Nº 413, Centro, Miraima-CE. O Edital e Anexo se encontram disponíveis no Sítio de Licitações em dias de expediente normal, das 07h30min às 13h00min e no endereço eletrônico: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. Miraima-CE, 17 de Janeiro de 2018. Ednardo Ferreira Magalhães - Presidente da Comissão de Licitação.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETIMA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20180116.01-PP** - A Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Pindoretama, Nº 20180116.01-PP, referente a aquisição de um veículo para o serviço de transporte de corpos, junto a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Pindoretama-CE, inscrita no CNPJ nº 07.093.860/0001-09, com Bico de Abertura para o dia 02 de Fevereiro de 2018, às 09h, na Sala da Comissão de Licitação do Edital, onde estarão disponíveis para consulta o Edital e Anexo no endereço eletrônico: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). Pindoretama-CE, 19 de Janeiro de 2018. José Jovêncio Alves Albino - Pregoeiro.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETIMA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20180116.02-CP** - O Substituto do Prefeito da Prefeitura Municipal de Pindoretama, inscrita no CNPJ nº 07.093.860/0001-09, com Bico de Abertura para o dia 02 de Fevereiro de 2018, às 09h, na Sala da Comissão de Licitação do Edital, onde estarão disponíveis para consulta o Edital e Anexo no endereço eletrônico: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). Pindoretama-CE, 19 de Janeiro de 2018. José Jovêncio Alves Albino - Pregoeiro.

**Estado do Ceará - Município de São Benedito** - Secretaria de Turismo e Meio Ambiente - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 10.0012018-SP/TTUR. O Pregoeiro Oficial do Município de São Benedito-CE torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 01 de Fevereiro de 2018 às 9h, na Sala da Comissão, a Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito-CE, a sessão pública do Pregão Presencial supra, cujo objeto é o registro de preços visando futuras e eventuais contratações de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de segurança e assessoria, com autorização da Polícia Federal. O Edital e seus anexos poderão ser solicitados junto a CPLP do Município, São Benedito-CE, 19/01/2018. Edson Cleilton P. Sousa - Pregoeiro.

**Estado do Ceará - Prefeitura de Quixeramobim - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 013/2017 - P/PP** - O Pregoeiro do Município torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 01 de Fevereiro de 2018 às 09h00m, na sede do Comissão de Licitação da Prefeitura de Quixeramobim, localizada à Rua Monsenhor Silviano Pinto, 707, Centro, Quixeramobim-CE, estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais gráficos para atender as necessidades de diversas secretarias deste Município. Tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência constante dos Anexos do Edital, o qual se encontra disponível no endereço acima, no horário de 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h e no portal de licitações [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). Quixeramobim, 18 de Janeiro de 2018. Max Romny Pinheiro - Pregoeiro.

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Quixelô - Chamada Pública Nº 001/2018**, A Prefeitura Municipal de Quixelô/CE, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública nº 001/2018, para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar destinados ao Programa de Alimentação Escolar, em cumprimento ao estabelecido pela Lei nº 11.947/2009 e Resolução nº 38/2009 do Ministério da Educação, para o exercício de 2018. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e propostas de preços até o dia 05 de fevereiro de 2018, às 09:00 (nove) horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Maria Luiza do Nascimento, s/nº - Centro, Quixelô/CE, 19 de Janeiro de 2018. Valdemir Alves Ribeiro - Secretário Municipal de Educação.

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ararendá** - Extrato de Contrato - Pregão Presencial nº 05.010/2017-PP. Objeto: Análise do 01 um veículo zero em dia novo para